

Partido o mais decidido apoio, apesar da sua longa e trabalhosa experiência dos nossos homens e das nossas cousas. Queria acreditar, devia acreditar. Era muito preferível enganar-se acreditando, a enganar-se descrendo.

Decorrido, porém, quase um ano da posse do Sr. Presidente da República, e já um mês da promulgação da Constituição, a que se reduziu o tão decantado governo de conciliação? A nada, a menos de nada pois a desilusão e a descrença hoje reinantes são fatores negativos. Debalde se procura mascarar a falência, incluindo ministros de várias procedências partidárias no governo que tão laboriosamente se está articulando. O governo de salvação nacional: mais exatamente, não chegou a nascer.

O Sr. Ademar Rocha — E' natimorto.

O Sr. RAUL PILLA — O que aí temos ou se está reconstituindo é um governo concordatário, um governo que do passado procura salvar o mais que seja possível, porque com o passado não quis ou não pode romper os seus compromissos. A prova aí está patente a todos os olhos. Depois de um tão longo e desastroso período de ditadura, a primeira tarefa, a tarefa preliminar e indispensável do governo constitucional seria expôr o verdadeiro estado, o miserabilíssimo estado, em que encontrou o país, porque somente assim poderia ressaltar as suas responsabilidades e preparar o espírito público para os grandes sacrifícios que hão de vir. Fêz-se tal coisa, Sr. Presidente? Não. Muito pelo contrário: voltou-se a sepultar, pondo-lhe por cima uma pesada lápide, o pouco que, apesar de tudo, chegara a emergir.

Ainda se poderia admitir tamanha indulgência se, entre o passado e o presente, se houvesse estabelecido um fosso de segurança, que impedisse a invasão deste por aquele. Poder-se-iam esquecer os erros e os crimes da ditadura, com a condição, porém, de não reincidir nos mesmos crimes e, nos mesmos erros. Mas acobertar o passado para o prolongar, seria mais do que erro ou crime, por tocar à insanidade.

E', entretanto, o que está sucedendo, Sr. Presidente. Que poderá dizer quando terminou a ditadura e começou a democracia? Não por certo, o instalar-se a Assembléa Constituinte, pois o Sr. Presidente da República fez questão fechada de manter a carta de 10 de Novembro, com os poderes ditatoriais que ela lhe conferia. Não também ao promulgar-se a Constituição, pois vemos na prática do incipiente regime constitucional muito dos processos administrativos que notabilizaram a Ditadura. Onde a linha divisória? Não a vemos; não existe.

Não quero dizer, com isto, Sr. Presidente, que não haja grandes diferenças entre um e outro período. Seria ridículo sustentá-lo. O que afirmo é que um regime se filia ao outro, e continuidade, mais do que antagonismo, é o que entre eles se verifica.

Não subi a esta tribuna com o fito de fazer uma análise dos atos do governo, senão com o de definir uma posição diante dele. Os fatos estão aí: alguns foram denunciados da tribuna do parlamento; outros o foram das colunas da imprensa. E todos significam a mesma cousa.

Limitar-me-ei, pois, a tomar o mais leve deles, mas não o menos significativo. Farei como o clínico experimentado que, deixando de lado a sintomatologia rumorosa e impressionante, vai buscar a certeza do diagnóstico num sinal quase imperceptível. Refirir-me quero, Sr. Presidente, à edição oficial dos retratos do Chefe da Nação que deverão instalar-se em todas as repartições públicas do País.

Haverá aí quem duvide, diante disso, estar-se a gerar o mesmo governo pessoal, que foi a essência mesmo do Estado Novo? Em algumas repartições se têm posto abaixo os retratos do antigo Ditador. Para que? Para os substituir pelos do Presidente da República. *Plus ça change, plus é est la même chose.*

Em verdade, verdade, ninguém se pode queixar disto. Em 2 de Dezembro a nação deliberou, preferiu, escolheu. Sua alma, sua palma. Tem, senão o que quis, pelo menos o que escolheu. E' certo que não se achava ela então em situação de deliberar livre e conscientemente. Decorrera apenas um mês das deposições da Ditadura. Mas, por outro lado a formidável campanha de Eduardo Gomes a deveria ter esclarecido. Não há, pois, do que lamentar-se. Escolheu mal, mas escolheu.

O que se pode alegar é que o presidente eleito poderia fugir à fatalidade da sua origem. Como? Tornando-se realmente o que disséra querer ser — o presidente de todos os brasileiros — e pondo por obra um governo de concentração nacional. Tentou-o realmente o Sr. Presidente da República? Não sei. Quer-me parecer que não. Se o houvera tentado, já o teria realizado, pois a oposição democrática, com o grande líder, Sr. Otávio Mangabeira, a frente logo se dispõe, sem reservas, à ingente obra da salvação nacional. Depois de longos meses de conversas, conferências, avanços, recuos, manobras e contra manobras, o que se obteve, somente, foi a, sucessiva e intercadente substituição de alguns ministros, enquanto alguns estão esperando ainda a vez de ser substituídos.

A verdade pura e simples é que o Sr. Presidente da República nunca desejou realmente o que em rigor se poderia chamar governo de concentração nacional. Outro foi o seu fito: exercer sem entraves o poder pessoal que o nosso regime constitucional propicia. O que S. Ex. pretendeu, realmente, não foi que a oposição colaborasse digna e conscientemente, senão que se deixasse atrelar ao carro presidencial.

Qual seria, com efeito, a primeira condição de um governo de concentração nacional? Evidentemente, imperativamente, um programa de salvação nacional. Somente um tal programa poderia justificar que a oposição depusesse as suas armas de combate, para empunhar os instrumentos de trabalho com o governo. Esboçou-se alguma vez este programa? Aludiu-se, seguer, a ele? Não, Sr. Presidente. O programa era o chefe da Nação. Ele, somente ele, o sol, o astro magnífico, em torno do qual haveriam de gravitar os partidos, como simples planetas, sem luz e sem vida próprias.

A segunda condição, tão evidente, tão necessária quanto a primeira, seria a constituição de um grande ministério, solidariamente responsável pela execução de tal programa. Esta causa, que eu não sei se seria mais útil ao País, do que ao próprio Presidente da República também nunca passava pela mente de S. Ex. O que pretendeu fazer e está fazendo é a paulatina substituição dos seus auxiliares, que continuarão presos somente à onipotência e à consciência presidenciais.

O que se está fazendo exclusivamente, inconscientemente, é a política do poder, em vez da política do bem público. Política do poder pessoal, quando o Brasil está passando por uma das mais graves crises da sua história. A política do poder pelo poder é sempre uma observação, Sr. Presidente; mas na atual conjuntura, toma-se ela a política da insanidade, a política de loucura.

Por que esta falência total? Por que a nada se reduziram as boas palavras e as boas intenções, pois excluir não se pode que as houvesse também?

Por carência de uma só cousa, Sr. Presidente, uma cousa sutil e imponderável, mas que tudo impregna e em tudo imprime o sinal da sua presença. Falta, tem faltado mentalidade (*Muito bem*). E' esta avidez (*apoiado*) e é contra ela que exteriliza todos os esforços e é contra ela que em vão se tem debatido a grande mentalidade de Otávio Mangabeira. Pode uma pessoa ser culta e até inteligente: falta-lhe, porém, mentalidade, se carece de uma alta compreensão das cousas (*muito bem*). Este é, Sr. Presidente, o mal de que padece o governo e de que morre a Nação. Sufoca-nos, asfixia-nos a mediocridade de sentimentos, que não permite olhar do alto.

Quero, porém, ser justo, Sr. Presidente. Atribuídos à deficiência de mentalidade os nossos males políticos, não pretendo responsabilizar pessoalmente ninguém. E' uma tara comum. Decorre certamente do desgraçado regime político, em que acabámos de reincidir (*apoiados*). Que se pode esperar, com efeito, dos homens que governam ou, mais genericamente, dos homens que fazem política, se o poder é não a inteligência, a razão, a cultura e o patriotismo se o poder, unicamente o poder é a força efetiva em nosso sistema? Prepotência, de um lado, subserviência, do outro, eis os seus frutos naturais.

Sejamos, pois, justos. Sejamos, até, lo-